A CATEGORIA TRABALHO EM KARL MARX: DA DUPLA FRUIÇÃO AO PROCESSO DE TRABALHO

THE CATEGORY OF LABOR IN KARL MARX: FROM DOUBLE FRUITION TO THE LABOR PROCESS

Arthur Guilherme Monzelli [1]

Resumo: O presente artigo elabora uma discussão sobre a categoria trabalho tal como ela se expressa no desenvolvimento da obra de Karl Marx. Começa-se com a apresentação da categoria trabalho enquanto atividade produtiva que promove uma dupla fruição, teoria que está presente nos *Cadernos de Paris*, rascunhos escritos por Marx em 1844. E termina-se com a exposição da categoria trabalho enquanto processo do trabalho, teoria desenvolvida no capítulo 5 do Livro I de sua *magnun opus*, *O capital* (1867).
Palavras-chave: Dupla fruição; Karl Marx; Processo de trabalho.

Abstract: The present article elaborates a discussion about the category labor such as it express on the development of the Karl Marx's work. It begins to with the presentation of the category labor while productive activity that promotes a double fruition, theory that is present in *Cadernos de Paris*, drafts write by Marx in 1844. And it ends with the exposition of the category labor while labor process, theory developed in chapter 5 of Book I of his *magnun opus*, *O capital* (1867).
Keywords: Double fruition; Karl Marx; Labor process.

> *É próprio da essência do método dialético que nele os conceitos falsos sejam superados em sua unilateralidade abstrata. No entanto, esse processo de superação obriga, ao mesmo tempo, a operar constantemente com conceitos unilaterais, abstratos e falsos, e a dar aos conceitos sua significação correta, menos por definição que pela função metodológica que recebem na totalidade enquanto momentos superados. […] Pois, se os conceitos são apenas representações intelectuais de realidades históricas, sua forma unilateral, abstrata e falsa também faz parte, enquanto momento da unidade verdadeira, desta unidade verdadeira. […] Na pura historicização da dialética, essa constatação se dialetiza mais uma vez: "falso" é, ao mesmo tempo, um momento do "verdadeiro" enquanto "falso"" e enquanto "não-falso"*[2].
>
> Georg Lukács, *História e consciência de classe.*

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a categoria trabalho em Karl Marx desenvolvida neste artigo originou-se a partir de duas empreitadas investigativas diferentes, porém, inter-relacionadas, a primeira delas foi a elaboração de monografia

[1] Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos., Brasil.
[2] LUKÁCS, 2016, p. 59 – 61.

de conclusão do Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), intitulada *O processo Educacional*: entre a alienação e a formação, no qual foram discutidos as noções de trabalho, alienação e formação em Marx, à luz das contribuições do filósofo húngaro István Mészáros. A segunda empreitada investigativa da qual este artigo se desdobra é a dissertação de mestrado em educação, realizado no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos, intitulada *A categoria trabalho nos cadernos de sociologia do ensino médio da rede pública do estado de São Paulo*, em que foi analisado, à luz do materialismo histórico dialético, a forma pela qual a categoria trabalho é ensinada nos materiais didáticos estaduais, em especial, nos assim chamados *Cadernos do professor e do aluno*, responsáveis pelo auxílio e, ao mesmo tempo, engessamento do ensino de sociologia nas escolas públicas paulistas.

Após contextualizar a origem deste artigo, faz-se necessário apresentar ao leitor uma sinopse simples do que encontrará no decorrer de sua leitura.. Em primeiro lugar, analisa-se a categoria trabalho nos primeiros esboços escritos por Marx em 1844, durante seu exílio em Paris. Nesses esboços a categoria trabalho é concebida como uma relação social que fornece aos trabalhadores uma dupla possibilidade de fruição. Em segundo lugar, a categoria trabalho será exposta da forma como aparece no capítulo 5 da *magnun opus* de Marx, o Livro I d'*O capital* (1867), isto é, enquanto um processo de trabalho.

Contudo, antes de começar a discussão sobre a categoria trabalho em Marx é necessário elucidar o significado do termo categoria, o que, por sua vez, exige uma breve e didática discussão sobre o método de apreensão da realidade desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, a saber: o materialismo histórico dialético. E, para compreender o materialismo histórico, primeiramente, é preciso levar em conta o fato de tanto Marx quanto Engels não terem elaborado obras especificamente dedicadas a explicar sua metodologia, em vez disso, mostra-se impreterível garimpar na produção intelectual dos porta-vozes do comunismo os elementos corretos que ajudem a compor a trama de seu método. Todavia não se pode esquecer que a obra de Marx e Engels perpassa desde obras completas publicadas até prefácios, esboços e rascunhos jamais publicados por eles em vida. Apesar desse obstáculo inicial, pontua-se aqui três obras fundamentais para que o quebra-cabeça do materialismo histórico possa ser satisfatoriamente montado. A primeira delas é a *A ideologia alemã* (1846), sobretudo os fragmentos destinados a crítica do filósofo Ludwig Feuerbach. A segunda delas é o *Grundrisse* (1858), sobretudo o texto "o método da economia política[3]", contido em sua introdução. E a última obra é *A sagrada família* (1845), mas especialmente o tópico "O mistério da

[3] Esse texto também pode ser encontrado no capítulo "Introdução à crítica da economia política" presente na obra *Contribuição a crítica da economia política*, publicada por Marx em 1859.

construção especulativa", contido no capítulo 5 desse livro.

Sintetizando os indícios dos três textos supracitados, é possível chegar em três princípios do método de Marx e Engels. Em outras palavras, a investigação da realidade, a partir do materialismo histórico dialético, precisa respeitar três momentos sucessivos. O primeiro deles é que toda pesquisa necessita começar pelo estudo da realidade concreta, ou seja, independentemente de qual seja o objeto de estudo observado, dentro do materialismo histórico, esse objeto precisa ser analisado a partir da dinâmica concreta que o envolve em diversas relações. Nesse sentido, é preciso descrever e contextualizar o objeto em estudo da forma mais precisa e detalhada quanto for possível. No posfácio da segunda edição alemã *d'O* capital, Marx ilustra esse primeiro momento do materialismo histórico da seguinte maneira: "a investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno" (MARX, 2013, p. 90). Nesse sentido, quando esse primeiro princípio do método de Marx e Engels é realizado com rigor, percebe-se que o objeto estudado constitui uma totalidade complexa e multifacetada ou, nas palavras de Marx (2011):

> o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (p. 54).

Em contrapartida, quando esse primeiro passo é ignorado, o investigador pode incidir no mesmo erro histórico cometido pela Economia Política burguesa, ou seja, elaborar uma "representação caótica do todo" estudado (*Id. Ibid*.).

O segundo momento da investigação materialista histórica é a construção de categorias ou simplesmente a análise teórica. Nesse sentido, pode-se afirmar que a construção de categorias desdobra-se diretamente da investigação exaustiva, detalhista e precisa da concretude do objeto de estudo que, agora, por meio da análise teórica, será abstraído, teorizado e categorizado, ou seja, o concreto será reproduzido por meio do pensamento que, além do mais, é um processo próprio "da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível", leia-se: abstrata e teoricamente (*Ibid*., p. 55). Em resumo, as categorias são construídas a partir da síntese teórica de objetos concretos. É possível, a título de exemplo, imaginar a categoria *ser humano*, pois nela estão sintetizadas teoricamente a diversidade concreta de diversas populações humanas dotadas de formas singulares de agir, pensar e sentir. Outro exemplo é a categoria *fruta* que surge da abstração da realidade concreta de morangos, peras, pêssegos, entre outros. "Aqui vale ressaltar, segundo Lessa (2015) que, em Marx, as propriedades universais de um objeto/sujeito são tão reais e plenas de determinações quanto a singularidade deles, portanto, embora o ser humano não se alimente" da fruta enquanto categoria, "mas, ao contrário, das existências singulares e concretas dessa categoria, tal como peras, maças,

pêssegos, etc., ainda assim, isso não significa que a universalidade dos objetos/sujeitos não exista ou seja menos importante do que a sua singularidade" (MONZELLI, 2020, p. 113).

Enfim, o último momento da pesquisa na ótica do materialismo histórico dialético é a realização do caminho inverso elaborado no momento anteriormente descrito, ou seja, consiste no retorno à realidade concreta investigada, tendo como base a categoria elaborada durante a análise teórica. Dito de outro modo, retorna-se do abstrato, ou melhor, da categoria construída até o concreto, mas, agora, já se tem a possibilidade de compreender tanto o nexo estrutural do objeto estudado quanto sua relação com a totalidade social ou, nas palavras de Marx, com a "rica totalidade de muitas determinações e relações" na qual ele se reproduz (MARX, 2011, p. 54).

A CATEGORIA TRABALHO COMO DUPLA FRUIÇÃO

A questão do trabalho e o problema de sua alienação são elementos nevrálgicos na obra marxiana, apesar disso, as diversas subcategorias que surgiram durante o desenvolvimento desse obra como, por exemplo, trabalho simples, trabalho complexo, trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho produtivo, trabalho improdutivo, trabalho necessário e trabalho excedente são de difícil compreensão não só àqueles que se aventuram pela primeira vez na leitura dos textos de Marx, mas também àqueles que há um bom tempo estão familiarizados com eles. Essa ausência de didática na exposição das categorias produzidas no decorrer da obra marxiana acontece em razão delas serem discutidas, muitas vezes, apenas em esboços, rascunhos e obras incompletas que, como Marx mesmo pontuou no prefácio da *Critica à economia política* (1859), foram desenvolvidas apenas para seu "próprio esclarecimento, não para impressão" (MARX, 2016, p. 3).

Posto isso e antes de começar a exposição da categoria trabalho enquanto dupla fruição, mostra-se necessário diferenciar essa categoria dos trabalhos concretos que a fundamentam, para tanto, é válido recorrer a observação de Marx contida no final do tópico "processo de trabalho", do capítulo 5 do Livro I d'*O capital*, isto é: "o processo de trabalho, como expusemos […] é […] **independente de qualquer forma particular dessa vida**, ou melhor, **comum a todas as suas formas sociais**" (MARX, 2013, p. 261, grifos nossos). E, embora a discussão sobre o processo de trabalho seja exposta de maneira mais pormenorizada no próximo tópico deste artigo, essa observação marxiana é esclarecedora, pois, durante a elaboração da categoria trabalho como processo de trabalho, Marx faz um exercício de síntese teórica das formas concretas de trabalho que até então haviam sido desenvolvidas no Ocidente Europeu[4] para, a partir da

[4] Em um dos textos que compõe os *Grundrisse* denominado *Formas que recederam a produção capitalista*, Marx organiza uma exposição exaustivamente descritiva sobre as formas concretas de trabalho e propriedade que se expressaram na história do Ocidente Europeu desde as sociedades arcaicas, passando pelas sociedades antigas e terminando

compilação de elementos comuns e universais a essa diversidade de formas concretas de trabalho, elaborar a categoria trabalho como processo de trabalho. Como foi mencionado na introdução deste artigo, a construção de categorias pressupõe uma pesquisa prévia da realidade concreta exaustivamente descritiva, mas, além disso, é preciso ressaltar que essa pesquisa pode ser enriquecida com aquilo que hoje se denomina na academia como trabalho de campo. E, aliás, foi exatamente esse o caminho traçado por Marx na elaboração da categoria trabalho tal como ela é exposta no capítulo 5 do Livro I d'*O capital*. Contudo, muito antes de finalizar o capital, mais precisamente em 1844, Marx já havia desenvolvido uma rascunho do que viria a se tornar a categoria trabalho acabada em sua *magun opus*. E é essa primeira tentativa de sintetização da categoria trabalho que logo mais será discutido.

Indo direto ao ponto, Marx concebe pela primeira vez a categoria trabalho nos *Cadernos de Paris* (1844), um conjunto formado por trinta e um rascunhos teóricos sobre temas de interesse da Economia Política, tais como o trabalho e sua alienação, dinheiro, mercado, renda da fundiária, entre outros. Segundo Netto (2015), os *Cadernos de Paris* foram escritos entre outubro de 1843 e fevereiro de 1845, durante o exílio de Marx em Paris que foi motivado pelas intempéries próprias do contexto sócio-histórico alemão ou da assim chamada miséria alemã. Atribui-se o termo "miséria alemã" ao período referente aos anos finais da primeira metade do século XIX, quando a Alemanha, ou melhor, o Império Prussiano, uma vez que a nação alemã ainda não havia sido unificada, sofria com a contradição de estar atrasada política e economicamente, ao mesmo tempo que no âmbito cultural e filosófico era um dos países mais avançados da época. No âmbito político a Prússia organizava-se dentro dos moldes absolutistas do Antigo Regime e sua imprensa não experimentava a liberdade de expressão, enquanto países vizinhos já haviam realizado revoluções burguesas, expurgando do poder as classes nobres e instituído sistemas políticos democrático-liberais ou monárquico-constitucionais. No âmbito econômico, a Prússia ainda orientava-se nos moldes protecionistas e mercantilistas, enquanto as demais nações capitalistas haviam já hegemonicamente aderido ao livre mercado. Em contrapartida, no âmbito da cultura, a Prússia conheceu Johann Wolfgang von Goethe, poeta que rivaliza em pé de igualdade com Honoré de Balzac e Wilian Shakespeare. Além disso, no campo da filosofia, a Prússia também foi palco para o surgimento de Immanuel Kant e Georg Wilhelm Friedrich Hegel grandes expoentes da filosofia moderna. Outra contradição que marcava a miséria alemã era o autoritarismo do Estado Prussiano e das elites agrárias locais que subsistia em paralelo à explosão de revoltas de cunho anticapitalistas desenvolvidas pelos tecelões da região da

nas sociedades feudais. Uma breve síntese dessas formas concretas de trabalho pode ser lida no começo do terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado, *A categoria trabalho nos cadernos de sociologia do ensino médio da rede pública do estado de São Paulo* (2020).

Silésia. Vale ressaltar que Marx analisou a revolta dos tecelões da Silésia no artigo *O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano* (1844) que publicou no jornal em que trabalhava como editor-chefe, a *Rheinische Zeitung* [Gazeta Renana], jornal financiado pela burguesia liberal radical alemã, cujo principal objetivo era denunciar o caráter autoritário, burocracia e fanatismo religioso do governo prussiano. Ademais, o autoritarismo do Estado prussiano ficou emblemático quando a *Rheinische Zeitung* foi censurada, interditada e seus membros foram presos. Já o autoritarismo das elites agrárias manifestou-se na influência que os grandes proprietários de terra da Renânia exerciam na elaboração das leis da Dieta Renana, que legislava arbitrariamente sobre o furto de madeira que despencava das árvores de propriedades rurais e eram coletadas pela população economicamente desfavorecida. Marx elaborou, em 1842, cinco artigos críticos às determinações sobre o furto de madeira que estão compilados na obra *Os despossuídos* (2017).

Após a censura e fechamento da *Rheinische Zeitung*, Marx foi então expulso do Império Prussiano e exilou-se em Paris. E em solo francês teceu uma tempestuosa parceria com Arnold Ruge para a construção de um novo jornal, os *Deutsch–Französische Jahrbücher* [Anais-Franco Alemães]. No meio tempo do trabalho jornalístico com Ruge, Marx foi convidado a participar de reuniões operárias organizadas por entidades sindicais e grupos sociais revolucionários parisienses, bem como, posteriormente, foi chamado para fazer parte da Liga dos Justos, ou seja, uma organização clandestina formada majoritariamente por artesões exilados, cujo tema era "todos os homens são irmãos" e tinha um caráter secreto e conspiracionista sob a gerência de Wilhelm Weitling (COGGIOLA, 2010, p. 10 – 1). Vale pontuar que Marx e Engels jamais compactuaram com o conspiracionismo e sempre defenderam uma estratégia de luta social radical, massiva, direta e organizada, inclusive, posteriormente vão disputar e ganhar a gerência da liga, transformando-a em Liga dos Comunistas. Além disso, foi durante os anos de 1843 a 1845 que Marx teve contato com o texto do jovem filósofo alemão Friedrich Engels, denominado *Esboços para uma crítica da economia política* (1843), que abriu seus olhos para a importância do estudo da Economia clássica burguesa, e também veio a conhecer pessoalmente o autor desses esboços críticos sobre Economia Política e com ele estabelecer uma profunda relação de amizade e parceria político-intelectual. Em síntese, os anos de exílio em Paris representaram ao desenvolvimento intelectual de Marx o que Netto (2015) denomina como "trânsito da Filosofia à crítica da economia política, no rumo da elaboração da teoria social revolucionária" (p. 11).

Tendo apresentado esse breve contexto histórico da elaboração dos *Cadernos de Paris*, pode-se chegar ao clímax deste tópico, a saber: a exposição da categoria trabalho tal como ela foi desenvolvida nesses cadernos. A categoria trabalho aparece no rascunho número vinte e dois, denominados "A produção humana", como sendo uma atividade produtiva na qual os trabalhadores que nela estão envolvidos, afirmam-se duplamente durante a produção,

primeiramente, porque realizam a si próprios e a sua individualidade nesse processo produtivo e, posteriormente, porque se realizam novamente ao tomarem a consciência de que o resultado de seu trabalho satisfez a necessidade de outra pessoa além deles mesmos. Dito de outro modo, "o sujeito não só fruí" no trabalho "enquanto indivíduo", enquanto contempla "o seu próprio ser e sua própria história no processo de produção", mas sobretudo, "reconhece a existência" e a realização "de si mesmo, justamente na satisfação das necessidades dos outros sujeitos sociais" (MONZELLI, 2016, p. 24). Nas palavras de Marx, o primeiro aspecto de fruição do trabalho se manifesta quando "Eu realizaria minha individualidade, a minha particularidade, experimentaria, trabalhando, o gozo de uma manifestação individual de minha vida e, contemplando o objeto, a alegria individual de reconhecer a minha personalidade com um poder real, concretamente sensível" (MARX, 2015, p. 221). Já o segundo aspecto da fruição do trabalho se expressa quando, "na tua utilização do meu produto, eu desfrutaria da alegria espiritual imediata, através do meu trabalho, de satisfazer a uma necessidade humana, de realizar a essência humana e de oferecer à necessidade de outro o seu objeto" (*Id*. *Ibid*.). E Marx ainda sublinha que a categoria trabalho enquanto dupla fruição representa o princípio da existência do ser humano enquanto um ser social, ou melhor, em suas palavras: "Eu teria, em minhas manifestações individuais, a alegria de criar a manifestação da tua vida, ou seja, de realizar e afirmar, na minha atividade individual, a minha verdadeira essência humana, a minha sociabilidade humana" (*Ibid*., p. 222). Ademais, Marx ilustra a categoria trabalho a partir da comparação dela com a metáfora de uma sala repleta de espelhos, isto é, "nossas produções seriam como que tantos espelhos que irradiam a nossa essência entre nós. Nesta reciprocidade, o que seria realizado da minha parte sê-lo-ia também da tua parte" (*Id*. *Ibid*.).

A CATEGORIA TRABALHO COMO PROCESSO DE TRABALHO

Depois de expor a categoria trabalho em sua primeira formulação marxiana, isto é, enquanto processo produtivo que proporciona uma dupla fruição aos trabalhadores, agora, por outro lado, chegou o momento de apresentar tal categoria em sua elaboração mais acabada, ou seja, como processo de trabalho. Vale lembrar que a categoria trabalho como dupla fruição é discutida por Marx em rascunhos que ele escreveu em 1844, durante seu exílio em Paris, mas tais esboços crítico-teóricos foram publicados apenas postumamente, sob o título de *Cadernos de Paris*. Por outro lado, a categoria trabalho como processo de trabalho é exposta por Marx no Livro I d'*O capital* em 1867, quando vivia na Inglaterra. Entretanto, este artigo e, sobretudo, as pesquisas a partir das quais ele se desenvolve, afastam-se das leituras polemistas que procuram fragmentar Karl Marx em dois, os assim chamados jovem Marx e Marx maduro. O afastamento de leituras polemista justifica-se em razão delas terem como característica principal a oscilação constante ora em defesa das discussões realizas durante a juventude de Marx, ora em

defesa daquelas que foram produzidas em sua maturidade, como se o "jovem Marx" e o "Marx maduro" pudessem ser concebidos como autores diferentes e assim se perde de vista o fato de existir apenas um Karl Marx. Ademais, os escritos realizados por Marx durante sua juventude estão em uma profunda relação de desenvolvimento e transformação dialéticas com os escritos produzidos durante sua maturidade. Nesse sentido, opta-se por respeitar o alerta de Henri Lefebvre sobre a necessidade de reconhecer que "o pensamento de Marx e Engels não foi apenas um pensamento em luta e em" ação, mas, acimada de tudo, foi "um 'pensamento em movimento'" e, por isso, exige um estudo igualmente disposto a compreendê-lo em "seu movimento" (LEFEBVRE, 1966, p. 69).

Posto isso, pode-se afirmar a categoria trabalho tal como ela é concebida no capítulo 5 do Livro I d'*O capital* tem quatro características essenciais. A primeira delas é ser "um processo" efetuado entre o ser humano "e a natureza" no qual aquele, por meio de sua atividade produtiva, "medeia, regula e controla" sua relação com a natureza (MARX, 2013, p. 255). Natureza, no sentido discutido por Marx significa não só a natureza selvagem, mas também a realidade sócio-histórica em que os sujeitos sociais se reproduzem e se transformam, portanto, a transformação da natureza implica, consequentemente, a transformação dos próprios seres humanos. Ainda dentro da primeira característica, Marx a completa dizendo que o processo de trabalho possibilita ao ser humano "apropriar-se da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida", ou seja, suprindo suas necessidades de existência material e espiritual, por meio das "forças naturais pertencentes a" corporeidade humana, a saber: "seus braços e pernas, cabeça e mãos" (*Id*. *Ibid*.). Esse aspecto do processo de trabalho aparece no curta-metragem *Ilha das Flores* (1989), dirigido pelo cineasta porto-alegrense Jorge Furtado, quando o ser humano é definido nesse documentário enquanto animal dotado de polegar opositor e telencéfalo altamente desenvolvido.

A segunda característica do processo de trabalho é que, ao final dele, "chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente" (*Ibid*., p. 256). Em outras palavras, o processo de trabalho é uma atividade produtiva que acontece em duas dimensões distintas, porém simultâneas e indissociáveis. Por um lado, o processo de trabalho desenvolve-se dentro da mente humana, quando o trabalhador planeja idealmente a atividade modificadora da natureza que pretende realizar, por exemplo, imagina os instrumentos que necessitará durante o processo de trabalho, o objeto que deseja construir ou moldar, os materiais que tal modificação exige, o lugar onde encontrá-los, etc. Por outro lado, se mostra igualmente necessário ao trabalhador materializar a ideia que ele previamente pensou, por exemplo, lançando mão de ferramentas, conhecimentos de produção, matérias-primas específicas, etc. Em resumo, criando condições necessárias para que o objeto imaginado possa ser materializado na realidade. Obviamente, ao objetivar o produto idealizado, o trabalhador percebe que o resultado do processo de trabalho nunca corresponderá

identicamente àquilo que havia sido outrora imaginado, inclusive, até mesmo pode decepcionar. Contudo, realizar constantemente o processo de trabalho pode promover objetivações cada vez mais aprimoradas, isto é, instrumentos, conhecimentos, estratégias e técnicas de produção cada vez mais desenvolvidas. Dito isso, Marx concebe essa segunda característica do processo de trabalho como um elemento distintivo entre o ser humano e os demais seres vivos do reino animal. Em suas próprias palavras,"uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera" (*Ibid*., p. 255 – 56).

A terceira característica do processo de trabalho é ser uma "atividade laboral" que "exige" sempre uma "vontade orientada a um fim" específico (*Ibid*., p. 256), seja essa finalidade a garantia da própria sobrevivência como foi comentado ou a transformação da natureza como também já foi mencionado.

Entretanto, se o processo de trabalho é uma atividade produtiva que sempre é realizada tendo em vista uma determinada finalidade é necessário que ele produza algo, que termine com a criação de algum objeto – leia-se criação em um sentido amplo, isto é, como modificação daquilo que a natureza mesma fornece. Nesse sentido, a quarta e última característica do processo de trabalho seria, "do ponto de vista de seu resultado", o fato de ele aparecer "como trabalho produtivo" (*Ibid*., p. 258). Seria, mas não é tão simples assim. Na realidade, "trabalho produtivo" é um termo utilizado por Marx para explicar uma das formas de trabalho concreto e específico da sociedade capitalista e, tal como as demais formas concretas históricas de trabalho desenvolvidas no Ocidente europeu, está sintetizadas na formulação da categoria trabalho enquanto processo de trabalho, mas não deve ser confundido com a categoria trabalho propriamente dita. Em poucas palavras, trabalho produtivo, em Marx, significa uma relação social na qual necessariamente se produz mais-valor, ou seja, durante a realização dessa forma concreta de trabalho os produtos engendrados pelos trabalhadores têm seus valores de uso "abstraídos para" gerar "valor de troca", o que, em outros termos, significa que "há exploração dos trabalhadores" por meio de sua não remuneração "na mesma proporção da riqueza que produzem" (MONZELLI, 2020, p, 104 – 5). Contudo, valor de uso, valor de troca e mais-valor são problemas que envolvem o problema da alienação do trabalho e, portanto, escapam da proposta reflexiva deste artigo. Posto isso, é possível retomar a discussão sobre a quarta e última característica do processo de trabalho em Marx, destacando que quando o filósofo prussiano afirma ser o processo de trabalho uma espécie de trabalho produtivo ele simplesmente pretendia dizer que o produto gerado por esse processo é sempre "um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma" e, portanto, tem utilidade (ou valor de uso) aos sujeitos sociais para as quais foi feito (MARX, 2013, p. 258).

Em síntese, o processo de trabalho, do modo como está exposto no Livro I d'*O capital* de Marx, foi até agora

apresentado como uma "atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana" (*Ibid*., p. 261).

Sabe-se que a categoria trabalho é resulta de uma síntese teórica dos diversos trabalhos concretos desenvolvidos na história do Ocidente europeu, no entanto, a fim de ilustrá-la de maneira didática, optou-se pela descrição do processo de produção de uma móvel de madeira realizado por um marceneiro. Vale ressaltar que, nesse exemplo, não se estipula uma época específica na qual o marceneiro está produzindo seu móvel justamente porque se almeja descrever a categoria trabalho e não uma determinada forma de trabalho histórica concreta. Posto isso, suponha-se que, no exemplo escolhido, o marceneiro precise organizar em sua mente todo o processo de produção do móvel, desde sua forma, suas dimensões, seus detalhes, os instrumentos, matérias-primas e conhecimentos necessários para produzi-lo. Além disso, imagina-se que o marceneiro, mais cedo ou mais tarde, também precise recorrer à prática, do contrário as imagens em sua mente não passarão meros devaneios. Portanto, igualmente supõe-se que ele necessite procurar na natureza os materiais mais adequados de acordo com as suas necessidades produtivas, por exemplo, escolher a madeira mais resistente ou mais leve; selecionar cola e parafusos adequados, etc. Em seguida, logo que tudo isso tiver sido devidamente providenciado, então, imagina-se que ele inicie o processo de produção propriamente dito. Além disso, não se pode ignorar que o conhecimento sobre o processo produtivo e sobre as ferramentas adequadas para realizá-lo; a compreensão de quais matérias-primas são mais oportunas de serem usadas na elaboração de cada móvel e, inclusive, a própria forma do móvel que o marceneiro imaginou não surgem do nada na mente dele, em vez disso, tudo que ele sabe é resultado da herança de processos produtivos anteriores. Por fim, supõe-se que, após a construção do móvel, o marceneiro conseguirá enxergar a si mesmo naquilo que produziu e, ao mesmo tempo, perceberá que satisfez as necessidades daqueles que precisavam do móvel que ele produziu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar nestas páginas finais espera-se que o leitor, esteja ele familiarizado ou não com o materialismo histórico dialético, tenha encontrado aqui um espaço de reflexão sobre uma das questões mais importantes da obra de Marx e Engels, a saber: a categoria trabalho. Nesse sentido, é válido sublinhar que não houve pretensão alguma de revisar, atualizar ou mesmo polemizar com as investigações de Marx sobre a categoria trabalho. Isso, em nenhum sentido, significa dizer que a polêmica e as novas ideias não sejam importantes, ainda assim, considera-se que incitar ao exercício propedêutico de imersão nos princípios do materialismo histórico e nos problemas centrais de estudo da obra de Marx e Engels seja igualmente uma empreitada válida e significativa.

Nesse sentido, este artigo embora não possa ser comparado com o trabalho do aventureiro que desbrava mares desconhecidos, desenhando mapas até então inimagináveis, tem valor na medida que não só revisita os temas clássicos da obra de Marx e Engels, respeitando o que classicamente já foi investigado a esse espeito, mas adiciona às interpretações canônicas um pouco do seu próprio olhar, como também pretende reavivar as pesquisas dentro do campo do marxismo.

Não se pode também deixar de pontuar que, como foi brevemente mencionado durante a exposição deste artigo, Marx estuda concomitantemente a categoria trabalho e o problema de sua alienação, portanto, a teoria marxiana da categoria trabalho se torna mais cabalmente compreensível a partir do estudo da teoria da alienação do trabalho em Marx e vice-versa.

Por fim, também almeja-se que a leitura deste artigo, sobretudo, atue como um convite à leitura das próprias obras de Karl Marx, desde seus primeiros escritos até os escritos mais maduros, levando em conta sempre que seu pensamento está em movimento. Além disso, a leitura de Marx e dos problemas nos quais sua obra se debruçou contribuem para o entendimento das raízes da sociedade hoje existente e, sobretudo, ajuda a pensar em caminhos para transformá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COGGIOLA, Osvaldo. *150 anos do Manifesto comunista*. IN: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 9 – 35.

ENGELS, Friedrich. *Esboços de uma crítica da economia política*. IN: NOGUEIRA, Marco Aurélio; BRANDÃO, Gildo Marçal; SODRÉ, Nelson Werneck. Temas de ciências humanas 5-6. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p. 1 – 29.

ILHA DA FLORES. Direção: Jorge Furtado. *Porto Alegre*: Casa de Cinema de Porto Alegre, 1989. 1 fita de vídeo (13 min), VHS, son., color.

LEFEBVRE, Henri. *Para compreender o pensamento de Marx*. Lisboa: Edições 70, 1966. 310 p.

LESSA, Sergio. *Alienação e estranhamento*. In: MARX, Karl. Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 449 – 491.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2016. 598 p.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857 – 1858. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. 792 p.

_____. *O capital:* crítica da economia política. São Paulo Boitempo, 2013. 896 p.

_____. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 494p.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2016, 406 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã:* crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo:

Boitempo, 2007, 616 p.

_____. *Glosas críticas ao artigo "'o rei da Prússia e a reforma social'. De um prussiano"*. IN: _____. Lutas de classes na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 25 – 52.

_____. *A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes.* São Paulo: Boitempo, 2011. 288 p.

MONZELLI, Arthur Guilherme. *O processo educacional*: entre a alienação e a formação. 2016. 99 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2016.

_____. *A categoria trabalho nos cadernos de sociologia do ensino médio da rede pública do estado de São Paulo*. 2020. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

NETTO, José Paulo. *Apresentação*: *Marx em Paris*. IN: MARX, Karl. Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 9 – 184.